

E se Passarinho largar a CPI?

* 1 NOV 1993

JORNAL DE BRASÍLIA
IGNÁCIO DE ARAGÃO

Depois do episódio do impeachment de Collor, o País sabe que os efeitos de uma CPI são devastadores. O que salva, ainda, é a pouca memória do povo brasileiro, que esquece tudo muito depressa. Collor, por exemplo, já está aí quase voltando, previsto como futuro deputado por São Paulo, falando-se, à boca pequena, que terá ali a maior votação da história. É tal a repercussão desse boato, que o IBOPE já anunciou uma pesquisa nacional sobre o que o povo está pensando, agora, a respeito dele. Estou curiosíssimo.

Desde o começo da CPI da corrupção no Orçamento, singularmente aberta apenas depois que um indiciado de crimes comuns transformou-se no Catão da Pátria, falando sobre temas que os outros sabiam mas não queriam ou não tinham coragem de acusar abertamente, a segurança da ética da CPI ficou repousando tão-somente na figura respeitada e digna de seu presidente, o eminente senador Passarinho, de larga passagem por nossa história política. O senador passou a ser não só a certeza do que a CPI produziria resultados efetivos e justos, como a de que pouparia os inocentes e não perdoaria os culpados.

De início, diferentemente do que havia sido a CPI do PC, quando até amanuenses produziam declarações à imprensa para ter os nomes publicados nos jornais, o senador Passarinho manifestou aos membros de sua Comissão a orientação de que se abstivessem de pronunciamentos sobre o andamento dos trabalhos, reservando-se a ele, presidente, essa prerrogativa. Nada mais natural, correto e digno. Porém, ledo engano. Determinados parlamentares não resistiam a querer dar o seu palpitezinho, a sua opinião, a sua informação, a sua interpretação adiantada, caindo em cima daqueles que ainda não haviam sido julgados e, às vezes, nem ouvidos. É o fim. A moda, agora, é comparecer ao programa do Jô Soares e tomar carona na sua repercussão nacional, para fazer marketing político-eleitoral.

O senador Passarinho deve estar altamente incomodado com essa linha de comportamento. Na semana passada,

reuniu reservadamente os membros da Comissão, para reiterar-lhes o que já havia pedido anteriormente, advertindo-os sobre os riscos de transformar-se a CPI em um palanque eleitoral e de comprometer-se a sua credibilidade. Mostrando a sua insatisfação, o senador citou, como exemplo, o fato de partidos políticos de oposição ao governador Joaquim Roriz, do Distrito Federal, estarem distribuindo panfletos em Brasília, dando-o como envolvido no escândalo, quando é certo que isto, não somente não é verdade, como é absoluta, deslavada e revoltante mentira. Roriz é homem digno, administrador honesto e responsável, de passado e presente absolutamente limpos.

O comportamento de alguns parlamentares, que se utilizam da circunstância eventual de participar da CPI, é merecedor de toda censura. Há uma semana, no Senado, o senador Suplicy passou o constrangimento de ter as orelhas puxadas por outros senadores, pela pouca ética com que se está comportando na Comissão — o que aliás não é novidade, posto que agiu de igual forma durante a CPI do PC.

Esse tipo de procedimento constitui abuso das prerrogativas asseguradas a membros do Congresso Nacional designados para integrar a CPI, configurando-se constitucionalmente ato incompatível com o decoro parlamentar (art. 55, § 1º, da CF), podendo ensejar até a perda do mandato.

Se a CPI continuar nessa toada, duas coisas muito graves podem vir a acontecer: ou a necessidade de criar-se uma nova CPI, para analisar e julgar o comportamento dos membros da que se acha reunida, sob o ângulo do decoro parlamentar, ou, cansado e desiludido, o senador Passarinho largar a presidência, para não se nivelar pelo pior, e resguardar o seu bom nome. De todos os riscos, este último é o maior.

■ *Ignácio de Aragão é advogado e jornalista*